ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E A VIOLÊNCIA EM LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: REFLEXOS NA ASSISTÊNCIA E CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Luana Araújo Almeida (1), Antonia Marla Lima Gomes Rabelo (2), Adriana Marcelino Barbosa (3), Ewerton Pereira Lima (4).

1. Autor, Universidade Regional do Cariri – URCA. luanaarameida@hotmail.com
2. Co-autor, Universidade Regional do Cariri – URCA. marlasp@live.com
3. Co-autor, Universidade Regional do Cariri – URCA. dryymb@hotmail.com
4. Orientador, Universidade Regional do Cariri – URCA. ewertonplima@gmail.com

Palavras-chaves: Violência. Profissional de enfermagem. LGBT.

INTRODUÇÃO

Ao transcorrer da vida, socialmente aprende a ser homem ou a ser mulher. Logo na infância, numerosos fatores são estabelecidos e designados como formas de influências, tais como: as cores, os brinquedos e as brincadeiras, roupas e calçados, a forma de como a mulher tem que se comportar, suas vestimentas e até mesmo a maneira de falar. Porém, nos últimos tempos, essa forma de aprendizado tem conquistado uma proporção diferente. Profissionais de saúde e educadores lidam com desafios de modo direto ao ciclo de transformação cultural, educacional, psicológica e corporal (GARCIA; BATISTA; SANTOS, 2016).

A violência é um complexo processo que afeta a integridade física, moral, social, mental e/ou espiritual das pessoas. De múltiplas causas, podendo apresentar-se de diferentes formas: violência física, psicológica, econômica, sexual, violência de trabalho, entre outras. É considerado um ato complexo, no entanto, ainda invisível ao assumir um caráter eminentemente social (DANTAS et al., 2016).

A heteronormatividade constitui-se em um sistema de valores e ideologias sociais e culturais, composto por indivíduos heterossexuais, que consideram a heterossexualidade a única orientação sexual natural. No entanto, a comunidade lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT), ao fugir do padrão heteronormativo vigente, provoca conflitos ao contrariar um modelo hegemônico e um sistema de valores, condutas, padrões sociais e sexuais (ALBUQUERQUE et al., 2013).

É importante o destaque aos atos de violência contra a população LGBT. É apontado como um problema de saúde pública que, mundialmente afeta a saúde de muitas pessoas. Se manifestam desde a intimidação psicológica até agressão física, perpassando pela tortura, sequestros, desprezo, antipatia, opressão, isolamento, invisibilidade, negação de direitos, agressões verbais, humilhação, perseguição, chantagem, estupro e assassinatos. A brutalidade é tida como uma marca aos crimes de ódio contra este público (BRASIL, 2016).

Nunca antes na história do Brasil foram registradas tantas mortes na população LGBT. No ano de 2016, foram 343 assassinatos. A cada 25 horas um LGBT é morto. O Brasil é campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Tais mortes aumentam assustadoramente, enquanto em 2000 o número de homicídios eram de 130, no ano de 2010 saltou para 260 e 343 em 2016. (MOTT; PAULINO, 2016).

Com isso, espera-se a sensibilização não somente dos enfermeiros, mas de todos os profissionais de saúde nas ações realizadas, desenvolvendo seu trabalho com ética, respeitando a individualidade de cada um, prestando um cuidado integral e reforçando o juramento profissional das áreas de saúde que visam dedicar a vida profissional a serviço da humanidade, respeitando os direitos da pessoa humana, seus limites e tradições (GARCIA; BATISTA; SANTOS, 2016).

O objetivo da pesquisa busca através das produções científicas presentes no Brasil, reunir os principais pontos de violência à população LGBT, avaliando a importância da Atenção Primária em Saúde e o papel da enfermagem no acolhimento e atendimento, com rompimento dos preconceitos em relação ao público LGBT nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, relacionada à importância dos profissionais de enfermagem, da assistência e dos cuidados prestados pela Atenção Primária em Saúde à população LGBT.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), a revisão bibliográfica trata-se de um estudo realizado com base em material já publicado, seja em forma de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico e internet. Os autores trazem que o objetivo desse tipo de estudo é de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. No que diz respeito à pesquisa descritiva, entende-se que tem como objetivos observar, registrar, analisar e

ordenar dados, procurando descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas e relações com os fatos.

O levantamento dos artigos foi realizado através da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), que integra as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (Medline) e o Scientific Electronic Library Online (SCIELO), de trabalhos monográficos e guias práticos que abordassem a temática do trabalho.

A etapa de seleção dos estudos envolveu a leitura crítica e atenta dos resumos e em seguida do texto na íntegra, aplicando os seguintes critérios: 1) Inclusão – disponibilidade de texto completo, gratuitos, de idioma português, anos de publicação últimos 5 anos, que abordassem a violência contra a população LGBT e a importância dos enfermeiros da Atenção primária em Saúde frente à situação, resultando em 31 artigos. 2) Exclusão - não atendessem aos critérios de inclusão, artigos repetidos e não pertinentes a temática, concluindo-se 11 artigos para a concretização da produção científica pesquisa.

A coleta de dados dos artigos selecionados deu-se no período de setembro de 2017, com auxílio do instrumento elaborado pelas pesquisadoras que foi dividido em duas partes. A primeira parte com informações sobre o título do artigo, idioma, ano de publicação e periódico. A segunda parte do instrumento contemplou: objetivo, resultados, conclusões e/ou considerações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil vive, atualmente, um movimento contraditório em relação aos direitos humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis - LGBT. Se por um lado conquistamos direitos historicamente resguardados e aprofundamos, por outro acompanhamos o contínuo quadro de violência e discriminação que a população LGBT vive cotidianamente (BRASIL, 2013).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 tem por objetivo promover a saúde integral LGBT eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2013a).

Primeiramente precisamos pontuar sobre a Atenção Primária em Saúde sendo ela a porta de entrada inicial do paciente a equipe multiprofissional, onde o enfermeiro é portador da responsabilidade técnica de realizar ações de educação continuada para acolhida desse. Cabe desde o Agente Comunitário de Saúde (ACS), que faz o primeiro contato na casa do paciente e já pode solicitar ao enfermeiro da unidade a substituição do nome no prontuário para o nome social, para que a recepcionista reconheça o cliente ao fazer o primeiro contato dentro da unidade de saúde e saiba o nome social pelo qual queira ser chamado, para facilitar a promoção em saúde, que não é apenas evitar doenças e sim proporcionar a construção de uma cidadania respeitando a individualidade deste cliente, inclusive como o mesmo deseja ser tratado (COSTA et al., 2016).

Vale ressaltar que, a maior procura da população LGBT na Atenção Primária em Saúde ocorre na demanda espontânea, porém, surge aí uma oportunidade de acolhimento, divulgação e inserção deste grupo em outros programas de saúde ofertados pelas UBS. Nesse sentido, o enfermeiro e a equipe multidisciplinar deve ter a sensibilidade de realizar um bom acolhimento e fornecer educação para a saúde, a fim de sustentar as diretrizes da Política LGBT na prática (GALAVOTE et al., 2016)

A necessidade dos trabalhadores ampliarem a capacidade de interação com pessoas que demandam maior atenção é um dos processos mais importantes em qualquer serviço de saúde. O usuário quando frequenta um serviço de saúde, da entrada à saída, busca sempre identificar alguém que possa conduzi-lo à solução de seus problemas de saúde. Espera ser bem acolhido e compreendido em suas necessidades. Bem como sentir confiança por parte dos profissionais e receber uma digna orientação, no intuito de recuperar ou restabelecer seu bem estar (GARCIA; BATISTA; SANTOS, 2016).

A enfermagem sempre foi voltada para o cuidado, acolher a população LGBT nos serviços de saúde sem aponta-lo ou discrimina-lo é um grande avanço para o rompimento do preconceito (MATOSO, 2014).

O enfermeiro deve realizar as ações junto à comunidade LGBT, desde o adolescente até mesmo o idoso LGBT oferecendo informações sobre as doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de casos de câncer de próstata e o de colo de útero e assim como garantir os direitos reprodutivos integrais e a redução do índice de suicídio por depressão nesses clientes, dentro das unidades básicas de saúde (ALVES, 2017).

Voltado para a atenção de urgência a esses clientes, reconhecemos também o papel do enfermeiro na garantia dos direitos, sendo que muitos dão entrada nas unidades de urgência e

emergência vítima de agressões homofônicas e tentativas de suicídio e esses se encontram fragilizados precisando de uma equipe humanizada e especializada independente do quadro de consciência do indivíduo, encorajando a busca de seus direitos (ALBUQUERQUE et al., 2013).

Portanto o maior papel da enfermagem para o público LGBT é a garantia de uma assistência digna e humanizada desde o setor básico de saúde até o de alta complexidade, respeitando as diferenças mesmo não aceitando, mas tornando-se fundamental para promoção de saúde integral, de qualidade humanizada e de cidadania.

CONCLUSÃO

O trabalho do enfermeiro diante do público LGBT é inerente as suas práticas assistenciais em saúde e que os mesmos não devem tomar medidas exclusivistas diante das minorias sexuais. A promoção, prevenção e reabilitação em saúde existem diante de qualquer sujeito, porém, devem-se levar em conta suas especificidades, por isso torna-se necessário atuar-se em cima dos princípios da integralidade, equidade, universalidade e humanização.

O enfermeiro com experiência em Saúde da Família tem uma visão holística pelo contato direto com o indivíduo e a comunidade, permitindo a identificação de fatores de risco que podem desenvolver agravos à saúde. Portanto, a especialização se faz necessária no sentido de permitir ao profissional o desenvolvimento de um trabalho diferenciado e capacidade de resolutividade das situações desafiadoras.

É evidente que a população LGBT vem procurando os serviços de saúde ofertados na Atenção Primária em Saúde e se o enfermeiro não estiver capacitado para atendê-los, pode gerar agravos à saúde e preconceito.

Assim, os profissionais da Atenção Primária devem estar capacitados para o atendimento deste público, desde a recepção, durante o atendimento no programa solicitado, até a alta do episódio, ou seja, em todas as fases da demanda de cuidado ao ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; GARCIA, Cíntia de Lima; ALVES, Maria Juscinaide Henrique... [et al.]. **Homossexualidade E O Direito À Saúde: Um Desafio Para As Políticas Públicas De Saúde No Brasil**. Saúde em Debate • Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, jul/set 2013.

ALVES, Cassio Murilo Rodrigues. **O Papel Da Enfermagem No Rompimento Dos Preconceitos Lgbt Nos Serviços De Saúde**. Decimo Sexto Congresso Nacional De Iniciação Científica. São Paulo, 2017.

BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Brasília – 2016. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013a.

COSTA, Ana Carolina Francischette; DUARTE, Anderson; KAMENSKY, Andrea Paula dos Santos Oliveira... [et al.]. **Gênero E Diversidade Sexual: Percursos E Reflexões Na Construção De Um Observatório Lgbt**. São Paulo: Editora Pontocom, 2016.

DANTAS, Bruna Rochelle Calado; LUCENA, Kerle Dayana Tavares; DEININGER, Layza de Souza Chaves... [et al.]. Violência De Gênero Nas Relações Lésbicas. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 10(11):3989-95, nov., 2016.

GALAVOTE, Heletícia Scabelo; ZANDONADE, Eliane; GARCIA, Ana Claudia Pinheiro... [et al.] O Trabalho Do Enfermeiro Na Atenção Primária À Saúde. **Escola Anna Nery**. Vitória, ES, Brasil. 20(1) Jan-Mar 2016.

GARCIA, Francieli Gonçalves; BATISTA, Danielle Silva; SANTOS, Maria Clélia. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS), Brasil. **REVISTA CIENTÍFICA DO INSTITUTO IDEIA** – ISSN 2525-5975 / RJ / Nº 01: Abril – Setembro 2016.

MATOSO, Leonardo Magela Lopes. **O Papel Da Enfermagem Diante Da Homossexualidade Masculina**. Saúde (Santa Maria), Santa Maria, Vol. 40, n. 2, Jul./Dez, p.27-34, 2014.

MOTT, Luiz; PAULINO, Eduardo Michels: Grupo De Gay Da Bahia (GGB). **Assassinato De Lgbt No Brasil: Relatório 2016**. BAHIA, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Editora Feevale. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.